

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE PARACATU – PRESERV
RELATÓRIO FINAL
EXERCÍCIO 2020

Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 2022.

À
DIRETORIA DA
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE PARACATU – PRESERV
PARACATU – MG

REF.: RELATÓRIO FINAL SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM 31 DE DEZEMBRO
DE 2020.

Apresentamos a V.Sas. o conjunto das Demonstrações Contábeis acima referenciadas, composto de:

- 1 – RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES;
- 2 – CONJUNTO DAS DEMONSTRAÇÕES E NOTAS EXPLICATIVAS;

Releva observar que este relatório representa, através do “Relatório dos Auditores Independentes”, nossa opinião definitiva sobre as peças contábeis e os controles internos utilizados por V.Sas. no exercício de 2020, sendo que assuntos de menor relevância e não comentados no referido Relatório encontram-se nas Cartas de Controles Internos emitidas.

1 – RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

À
Presidência do
Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Paracatu - PRESERV
Paracatu - MG

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis do INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE PARACATU - PRESERV, que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2020, e as respectivas demonstrações das variações patrimoniais, do balanço orçamentário, do balanço financeiro e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE PARACATU – PRESERV, em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva

Créditos Previdenciários Patronal a Receber – Curto Prazo

Conforme mencionado na nota explicativa “4.1” item “b”, o PRESERV possui no ativo circulante duas contas com saldos credores nos valores de R\$ 291.471,33 e R\$ 14.294.827,52, a título de Contribuições do RPPS a Receber-Servidor, Aposentado e Pensionista e Créditos Previdenciários do RPPS Parcelados-Patronal, respectivamente. A mesma nota informa que pode ter havido erro por lançamentos automáticos do sistema. Verificamos que essas mesmas contas apresentavam saldos zerados em 01/01/2020. Devido a essa falha não foram registradas as previsões de recebimento dessas contribuições para o exercício de 2020. Conforme foram sendo recebidas, as baixas foram registradas a crédito das contas zeradas e, por consequência, gerando saldo credor no Ativo e também não houve o registro dessas receitas nas variações patrimoniais aumentativas. Dessa forma, presumimos que os saldos do ativo circulante, das variações patrimoniais aumentativas e do patrimônio líquido, estejam subavaliados ao menos em R\$ 14.586.298,85.

Créditos Previdenciários do RPPS Parcelados – Patronal – Longo Prazo

Conforme mencionado na nota explicativa “29”, o PRESERV possui créditos parcelados do RPPS-Patronal a receber no valor total de R\$ 15.790.029,92. A mesma nota informa que parte desse saldo deveria estar registrado no ativo circulante, mas o sistema utilizado pela empresa não permite o desmembramento do saldo e que está em fase de adaptação. Segundo a Auditada, o valor estimado que deveria ter sido reclassificado para o curto prazo é de R\$ 1.050.000,00.

Compensações Previdenciárias a Receber - COMPREV

O PRESERV não contabiliza os valores a receber a título de compensação previdenciária – COMPREV, nem possui estimativa de valor desses créditos. Dessa forma não nos foi possível mensurar o valor que deveria estar registrado no ativo.

Ausência de Provisões para os Processos Judiciais Classificados como Probabilidade de Perda Provável

Realizamos procedimentos de circularização de advogados e recebemos a resposta do jurídico sobre a posição dos processos judiciais, a qual demonstra que o PRESERV possui um valor total de R\$ 2.660.063,15 referentes a processos judiciais classificados como probabilidade de perda provável. No entanto a empresa não constitui provisão passiva para essas prováveis perdas, conforme estabelece a NBC TSP 03 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, gerando efeitos no passivo, que deveria estar apresentado a maior e no patrimônio líquido, que deveria estar apresentado a menor.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Ênfase

Plano para Equacionamento do Déficit Atuarial

Conforme mencionado na nota explicativa “8”, pela Nota Técnica Atuarial, do exercício em referência, o déficit atuarial do RPPS evoluiu 22%, comparando-se com o exercício de 2019. Em reais, a provisão do déficit atuarial aumentou R\$ 30.742.329,77. A nota explicativa “9” menciona que no exercício de 2020 as contribuições previdenciárias foram de 11% para o servidor e 17,10% de obrigações patronais, mantida a mesma base contributiva do ano anterior, sendo previsto contribuição

complementar para a cobertura do déficit atuarial no valor de R\$ 13.480.821,93 no ano de 2020, conforme cálculo atuarial data base 2019. Ressalta-se que haverá alterações nessas alíquotas devido ao encaminhamento de projeto de lei à Câmara Municipal em 2021, em acordo com a EC 103/2019. Nossa opinião não possui modificação a esse respeito.

Outros assuntos

Auditoria do Período Anterior

As demonstrações contábeis do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Paracatu – PRESERV para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foram auditadas por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 19/02/2021, com ressalvas sobre Divergência do Valor dos Parcelamentos, Ausência de Contabilização da Compensação Previdenciária e Ausência de Plano para Equacionamento do Déficit Atuarial.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração do PRESERV é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Paracatu-MG, 24 de fevereiro de 2022.

PLM AUDITORIA E CONSULTORIA LTDA
CRC RJ 008323/O-7 MG
Márcio de Mendonça Fernandes
Contador CRC RJ 108281/O-0 MG
CNAI N° 4243
Sócio - Responsável Técnico

2 – CONJUNTO DAS DEMONSTRAÇÕES E NOTAS EXPLICATIVAS

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Paracatu - Preserv
 Balanço Patrimonial em 31 de dezembro
 Valores em reais

ATIVO	Nota	31/12/2020	31/12/2019
Circulante		131.027.449,31	133.073.514,45
Caixa e equivalentes de caixa	4.1	157.966,11	96.186,60
Créditos a curto prazo	4.1.b -	13.520.166,81	0,00
Investimentos e aplicações temporárias	4.1.a	144.363.900,56	132.977.327,85
Não circulante		16.002.511,68	12.151.923,28
Realizável a longo prazo		15.790.029,92	11.955.340,03
Créditos a longo prazo		0,00	11.955.340,03
Imobilizado	5	212.481,76	196.583,25
Total do ativo		147.029.960,99	145.225.437,73

PASSIVO	Nota	31/12/2020	31/12/2019
Circulante		1.682,36	0,00
Obrig.trab.,previd.e assist. a pagar		0,00	0,00
Fornecedores e contas a pagar		1.682,36	0,00
Não circulante		170.330.521,06	139.588.191,29
Provisões a longo prazo	8	170.330.521,06	139.588.191,29
Patrimônio Líquido		-23.302.242,43	5.637.246,44
Resultados acumulados	-	23.302.242,43	5.637.246,44
Total do passivo e patrimônio social		147.029.960,99	145.225.437,73

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Paracatu - Preserv
 Balanço Financeiro em 31 de dezembro
 Valores em reais

INGRESSOS	31/12/2020	31/12/2019
Receita orçamentária	45.841.216,81	46.759.132,19
Ordinária	6.346,74	68.905,68
Vinculada	45.834.870,07	46.690.226,51
Recursos vinculados à Prev.Social - RPPS	45.834.870,07	46.690.226,51
Transferências financeiras recebidas	0,00	0,00
Para aporte de recursos para o RPPS	0,00	0,00
Recebimentos extraordinários	92.804.363,03	121.820.025,62
Inscrição de Restos a Pagar Processos	1.682,36	0
Depósitos restituíveis e valores vinculados	5.409.022,60	4.619.637,20
Outros recebimentos extraordinários	87.393.658,07	117.200.388,42
Saldo do exercício anterior	96.186,60	9.089,41
Caixa e equivalentes de caixa	96.186,60	20.213,97
Depósitos restituíveis e valores vinculados	0,00	0,00
Total dos ingressos	138.741.766,44	168.588.247,22

DISPÊNDIOS	31/12/2020	31/12/2019
Despesa orçamentária	28.786.949,17	25.884.213,29
Ordinária	0,00	64.146,72
Vinculada	28.786.949,17	25.820.066,57
Recursos destinados à Prev.Social - RPPS	27.308.310,67	25.820.066,57
Outras destinações de recursos	1.478.638,50	0,00
Pagamentos extraordinários	109.796.821,12	142.607.847,33
Depósitos restituíveis e valores vinculados	5.409.022,60	4.619.637,20
Outros pagamentos extraordinários	104.387.798,52	137.988.210,13
Saldo para o exercício seguinte	157.996,15	96.186,60
Caixa e equivalentes de caixa	157.966,11	96.186,60
Depósitos restituíveis e valores vinculados	30,04	0,00
Total dos dispêndios	138.741.766,44	168.588.247,22

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Paracatu - Preserv
 Balanço Orçamentário em 31 de dezembro
 Valores em reais

6 RECEITA ORÇAMENTÁRIA	2020			2019		
	Previsão Atualizada	Receita Realizada	Saldo	Previstas	Realizadas	Saldo
Receitas correntes	69.445.099,44	45.841.216,81	- 23.603.882,63	57.457.273,92	46.759.132,19	- 10.698.141,73
Receitas de Contribuições	27.095.000,00	18.737.767,02	- 8.357.232,98	24.259.000,00	19.163.409,32	- 5.095.590,68
Receita Patrimonial	18.000.000,00	13.763.013,27	- 4.236.986,73	13.000.000,00	15.594.605,34	2.594.605,34
Receita de Serviços	-	-	-	300.000,00	62.310,15	- 237.689,85
Outras receitas correntes	24.350.099,44	13.340.436,52	- 11.009.662,92	19.898.273,92	11.938.807,38	- 7.959.466,54
Receitas Correntes Intra-Orçamentos	-	-	-	-	-	-
TOTAL GERAL	69.445.099,44	45.841.216,81	- 23.603.882,63	57.457.273,92	46.759.132,19	- 10.698.141,73

7 DESPESAS	2020					2019		
	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Saldo da Dotação	Dotação Atualizada	Despesa Executada	Saldo da Dotação
Despesa Corrente	30.443.394,55	28.760.287,77	28.760.287,77	28.758.605,41	1.683.106,78	26.325.565,73	25.854.301,29	471.264,44
Despesa de Capital	150.000,00	26.661,40	26.661,40	26.661,40	123.338,60	41.000,00	29.912,00	11.088,00
Reserva do RPPS	38.851.704,89	-	-	-	38.851.704,89	31.090.708,19	-	31.090.708,19
Superávit (XVI)	-	17.054.267,64	-	-	- 17.054.267,64	-	-	-
TOTAL	69.445.099,44	45.841.216,81	28.786.949,17	28.785.266,81	23.603.882,63	57.457.273,92	25.884.213,29	31.573.060,63

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Paracatu - Preserv
 Demonstrativo das Variações Patrimoniais em 31 de dezembro
 Valores em reais

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS (VPA)	31/12/2020	31/12/2019
Contribuições	34.060.627,33	31.590.821,29
Contribuições Sociais	34.060.627,33	31.590.821,29
Exploração e venda de bens, serviços e direitos	0,00	62.310,15
Exploração de bens e direitos e prestação de serviços	0,00	62.310,15
Variações patrimoniais aumentativas financeiras	13.763.013,27	15.594.605,34
Juros e encargos de mora	0,00	0,00
Remuneração de depósitos bancários e aplicações financeiras	13.763.013,27	15.594.605,34
Transferências e delegações recebidas	0,00	0,00
Transferências intragovernamentais	0,00	0,00
Valorização e ganhos com ativos e desincorporação de passivos	36.012,29	1.050,64
Reavaliação de ativos	0,00	1.050,64
Ganhos com incorporação de ativos	36.012,29	0,00
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	28.828.154,64	33.009.946,83
Reversão de provisões e ajustes de perdas	28.540.745,36	20.956.458,69
Diversas variações patrimoniais aumentativas	287.409,28	12.053.488,14
Total das VPA	76.687.807,53	80.258.734,25
Total variações patrimoniais		

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS (VPD)	31/12/2020	31/12/2019
Pessoal e encargos	1.106.789,82	797.414,51
Remuneração a pessoal	978.983,74	701.260,67
Encargos patronais	127.806,08	96.153,84
Benefícios a pessoal	0,00	0,00
Outras variações patrimoniais diminutivas	0,00	0,00
Benefícios previdenciários e assistenciais	27.269.529,44	24.674.743,28
Aposentadorias e reformas	23.167.631,99	19.531.565,73
Pensões	4.061.445,08	3.614.885,70
Outros benefícios previdenciários e assistenciais	40.452,37	1.528.291,85
Uso de bens, serviços e consumo de capital fixo	356.672,82	391.240,47
Uso de material de consumo	15.344,37	20.786,01
Serviços	327.059,36	358.819,49
Depreciação, amortização e exaustão	14.269,09	11.634,97
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	55,50	0,00
Variações monetárias e cambiais	55,50	0,00
Desvalorização e perda de ativos e incorporação de passivos	17.569.664,41	703.783,06
Reavaliação, redução a valor recuperável e ajuste p/perdas	17.562.907,77	634.512,29
Perdas involuntárias	823,50	2.626,11
Desincorporação de ativos	5.933,14	66.644,66
Outras variações patrimoniais diminutivas	59.324.584,41	33.993.790,09
Constituição de provisões	59.283.075,13	33.991.251,95
Diversas variações patrimoniais diminutivas	41.509,28	2.538,14
Total das VPD	105.627.296,40	60.560.971,41
Total variações patrimoniais	- 28.939.488,87	19.697.762,84

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Paracatu - Preserv
 Demonstração dos Fluxos de Caixa em 31 de dezembro (Método Indireto)
 Valores em reais

	31/12/2020	31/12/2019
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS (I)	17.082.581,36	20.904.830,90
INGRESSOS DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	51.295.620,72	51.378.769,39
Receita Tributária	0,00	0,00
Receita de Contribuições	7.209.104,53	7.166.229,28
Receita Patrimonial	0,00	0,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	62.310,15
Remuneração das Disponibilidades	13.763.013,27	15.594.605,34
Outras Receitas Derivadas e Originárias	116.115,09	5.421.928,90
Transferências Recebidas	24.752.983,92	23.133.695,72
Outros ingressos operacionais	5.454.403,91	0,00
DESEMBOLSOS DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	34.213.039,36	30.473.938,49
Desembolso com Pessoal e demais despesas	28.673.310,92	25.817.771,87
Desembolso com Juros e encargos da dívida	0,00	0,00
Desembolso com Transferências concedidas	85.294,49	36.529,42
Outros desembolsos operacionais	5.454.433,95	4.619.637,20
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO (II)	-17.020.801,85	-20.817.733,71
INGRESSOS DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	85.577.288,27	117.057.563,87
Alienação de bens	0,00	0,00
Amortização de empréstimos e financiamentos concedidos	0,00	0,00
Outros ingressos de investimentos	85.577.288,27	117.057.563,87
DESEMBOLSOS DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	102.598.090,12	137.875.297,58
Aquisição de ativo não circulante	26.661,40	29.912,00
Concessão de empréstimos e financiamentos	0,00	0,00
Outros desembolsos de investimentos	102.571.428,72	137.845.385,58
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO (III)	0,00	0,00
INGRESSOS DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	0,00	0,00
Operações de crédito	0,00	0,00
Integralização do capital social de empresas dependentes	0,00	0,00
Transferências de capital recebidas	0,00	0,00
Outros ingressos de financiamentos	0,00	0,00
DESEMBOLSOS DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	0,00	0,00
Amortização / Refinanciamento da dívida	0,00	0,00
Outros desembolsos de financiamentos	0,00	0,00
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (I+II+III)	61.779,51	87.097,19
Caixa e equivalentes de caixa inicial	96.186,60	9.089,41
Caixa e equivalentes de caixa final	157.966,11	96.186,60



INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS DE PARACATU - PRESERV

NOTAS EXPLICATIVAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2020

I – CONTEXTO OPERACIONAL

NOTA 01 - DA AUTARQUIA/OBJETIVOS

O Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Paracatu-MG, inscrito no CNPJ sob nº 04.813.860/0001-03, criado pela Lei 2403 de 07 de novembro de 2001, visa dar cobertura aos riscos a que estão sujeitos os beneficiários e compreendem um conjunto de benefícios que atendam a subsistência nos eventos de aposentadoria e pensão. São segurados do RPPS o servidor público titular de cargo efetivo dos órgãos dos Poderes Executivo, Legislativo, Autarquias e Fundações Municipais.

NOTA 02 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Os registros contábeis das operações envolvendo os recursos do Regime Próprio de Previdência Social e das Demonstrações Contábeis por ele agendadas foram elaborados em observância a Lei nº 4.320/64, a Lei 9717/98, a Lei Complementar 101/00, as portarias e Instruções Normativas da Secretaria do Tesouro Nacional, a Resolução CMN nº 3790/2009, alterada pela Resolução CMNS 3922/2010, os Princípios Fundamentais de Contabilidade, as Normas Brasileiras de Contabilidade e Portaria MPAS nº 95/07, que alterou os anexos I, II, III e IV da Portaria 916/03.

2.1. – ESTRUTURA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As estruturas e a composição das Demonstrações Contábeis estão de acordo com as bases propostas pelas práticas contábeis brasileiras do setor público NBCT SP e o MCASP e são compostas por:

Balanco Patrimonial (BP);

Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);

Balanco Orçamentário (BO);

Balanco Financeiro (BF);

Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC);

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL).

NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados, tendo em consideração as premissas das NBCT SP e do MCASP.

Moeda Funcional- A moeda funcional utilizada para o reconhecimento, mensuração e a evidenciação das Demonstrações Contábeis é o Real.

Caixa e Equivalentes de Caixa- Incluem dinheiro em caixa, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações

Handwritten signature and initials



INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS DE PARACATU - PRESERV

contábeis.

Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo—São as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não fazem parte das atividades operacionais da entidade. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. Quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas de tais ativos

Depósitos Restituíveis—são os valores depositados para garantia contratual a título de caução dos fornecedores de bens, serviços e obras e estão reconhecidos pelo valor de custo acrescido dos rendimentos do período.

Créditos a Curto Prazo—Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: Créditos tributários; créditos não tributários; dívida ativa; transferências concedidas; empréstimos e financiamentos concedidos; adiantamentos; e valores a compensar. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo, acrescido das atualizações monetárias e juros. É constituído também ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.

Estoques—Compreendem os materiais em almoxarifado para suprimento das atividades da entidade e para a prestação de serviços, e caso tiver mercadorias para venda, os produtos acabados e o sem elaboração e adiantamento a fornecedores. Na entrada, esses materiais são avaliados pelo valor de custo, ou seja, de aquisição ou produção/construção. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado, conforme o art.85 da lei 4.320/64. Há, também, a possibilidade de redução dos valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor recuperável, quando o valor reconhecido estiver superior ao valor justo (valor de mercado).

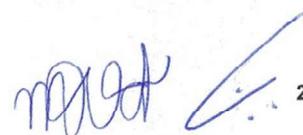
Ativo Realizável a Longo Prazo—Compreendem os direitos a receber a longo prazo principalmente com: Créditos tributários; créditos não tributários;

Dívida ativa; empréstimos e financiamentos concedidos; investimentos temporários; e estoques. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos das atualizações monetárias, de acordo com as taxas especificadas nas respectivas operações. A exceção se refere aos estoques, que são avaliados e mensurados nas entradas pelo valor de custo e nas saídas pelo custo médio ponderado. Para todos os ativos desse item, quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas.

Ajuste para Perdas da Dívida Ativa— a metodologia adotada para mensuração do ajuste para perdas dos créditos da dívida ativa, foi a média do histórico de recebimentos nos últimos 03 anos.

Investimentos—São compostos por: participações permanentes; propriedades para investimento; e demais investimentos. As participações permanentes representam os investimentos realizados em empresas, consórcios públicos ou em fundos. Quando há influência significativa, são mensurados e avaliados pelo método da equivalência patrimonial. Quando não há influência significativa, são mensurados e avaliados pelo método de custo, sendo reconhecidas as perdas prováveis apuradas em avaliações periódicas. As propriedades para investimento compreendem os bens imóveis mantidos com fins de renda e/ou ganho de capital, que não são usados na prestação de serviços e que não serão vendidos em curto prazo. Estes bens podem ser avaliados por dois critérios para a mensuração: valor justo (valor de mercado); e custo depreciado. Os demais investimentos são mensurados e avaliadas pelo valor de custo, acrescidas da rentabilidade auferida até a data das demonstrações contábeis. Quando mensuráveis, são registradas as reduções ao valor recuperável (impairment), fruto de avaliações periódicas.

Imobilizado— O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de custo (aquisição, construção ou produção). Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão, bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao





INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS DE PARACATU - PRESERV

valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar potencial de serviços ou benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente no resultado do período como variações patrimoniais diminutivas.

Intangível—Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados e avaliados com base no valor de custo (aquisição ou de produção), deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (impairment).

Depreciação, Amortização e Exaustão dos Bens Móveis e Imóveis- A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o valor de custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação para os bens móveis e imóveis é o das quotas constantes. Como regra geral, a depreciação dos bens móveis e imóveis devem ser iniciada a partir primeiro dia do mês subsequente do primeiro dia em que o bem estiver em condições de uso. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

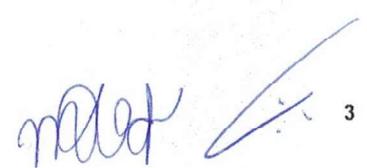
NOTA 04 – ATIVO CIRCULANTE

Os direitos consignados nas contas do Ativo Circulante, estão apresentados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas.

NOTA - 4.1 - Caixa e Equivalentes de Caixa - Investimentos Financeiros

CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA - Compreende o somatório dos valores disponíveis no Caixa, na Conta Única do RPPS, Demais Bancos, Rede Bancária de Arrecadação e Aplicações Financeiras, conforme evidenciado na tabela abaixo:

Detalhamento	31/12/2020	31/12/2019	A	AH
			V (%)	(%)
Caixa				
Conta Única				
Bancos Conta Movimento - Demais Bancos	157.966,11	96.186,60	0,12%	64%
Créditos de Curto Prazo	-13.520.166,81	-	10,32%	100%
Investimentos e aplicações temporárias	144.363.900,56	133.977.327,85	110%	7,75%
Estoques	25.749,45	-	0,02%	100,00%
Total	131.027.449,31	134.073.514,45		





INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS DE PARACATU - PRESERV

a) Os investimentos e aplicações temporários são relativos a aplicação de recursos visando a rentabilidade no curto prazo, conforme evidenciado na tabela acima refere-se aos saldos em 31/12 aplicados na CEF.

b) O valor de Crédito de Curto Prazo no valor de -R\$ 13.520.166,81 deve ser regularizado no próximo exercício. Este saldo não tem consistência com a execução financeira do instituto, pois figura no ativo com saldo invertido. A princípio a Contabilidade entende ter havido um erro em lançamentos automáticos do sistema com lançamento de contra partida nesta conta equivocadamente. Foi solicitado a empresa Memory a verificação da consistência dos lançamentos, mas, até o momento da entrega da prestação de contas, não foi possível a solução. Necessário então a adequação contábil da conta durante o exercício de 2021.

c) A conta Estoque apresentou saldo de R\$ 25.749,25 em razão da implantação dos lançamentos e movimentação de estoques em 2020, na qual não estava sendo contabilizado até o ano de 2019.

NOTA 05 - IMOBILIZADO

Os Bens Móveis foram registrados pelos valores nominais atribuídos, por ocasião de suas respectivas aquisições, conforme preceitua o artigo 106, II, da Lei 4320/64.

O RPPS não possui Bens Imóveis.

Com relação à avaliação do Ativo, o PRESERV, promoveu o recadastramento patrimonial para atualização dos bens patrimoniais e iniciou o processo de depreciação nos termos do MPCASP.

Foi promovido os acertos e lançamentos contábeis para adequação dos saldos contábeis ao inventário patrimonial.

NOTA 06 -DAS RECEITAS

A arrecadação orçamentária do PRESERV, no exercício de 2020 teve o total de R\$ 45.841.216,81 (quarenta e cinco milhões, oitocentos e quarenta um mil, duzentos e dezesseis reais e oitenta e um centavos) a saber:

TITULO	PREVISTO	ARRECADADO	DIFERENÇA
Receita Contribuição	R\$ 8.345.000,00	R\$ 7.209.104,53	-R\$ 1.135.895,47
Receita Patrimonial	R\$ 18.000.000,00	R\$ 13.763.013,27	-R\$ 4.236.986,73
Outras Receitas	R\$ 115.000,00	R\$ 116.115,09	R\$ 1.115,09
Intra-Orçamentária	R\$ 42.985.099,44	R\$ 24.752.983,92	-R\$ 18.232.115,52
TOTAL	R\$ 69.445.099,44	R\$ 45.841.216,81	-R\$ 23.603.882,63

A arrecadação do ano de 2020 foi menor que a prevista em **R\$ 23.603.882,63**. O déficit mais expressivo ocorreu nas receitas intra-orçamentárias, devido a superestimação da receita prevista, visto que todos os órgãos repassaram as contribuições patronais e parcelamentos devidos dentro do exercício.

Verificou-se que a contribuição para cobertura do déficit atuarial foi prevista em R\$ 24.235.099,44 da época da elaboração da proposta orçamentária, porém o valor arrecadado para amortização foi de R\$ 13.224.321,43.





INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS DE PARACATU - PRESERV

NOTA 07 - DAS DESPESAS

A despesa inicialmente autorizada pela Lei Orçamentária foi de R\$ 69.445.099,44 incluído neste valor a reserva previdenciária fixada em R\$ 38.851.704,89.

A despesa efetivamente realizada no exercício foi do montante de R\$ 28.830.287,77 assim distribuídos:

TÍTULO	PREVISTO	EXECUTADO	DIFERENÇA
Despesa Corrente	R\$ 30.443.394,55	R\$ 28.856.987,31	R\$ 1.586.407,24
Despesa de Capital	R\$ 150.000,00	R\$ 26.661,40	R\$ 123.338,60
Reserva Legal RPPS	R\$ 38.851.704,89	R\$ 0,00	R\$ 38.851.704,89
TOTAL	R\$ 69.445.099,44	R\$ 28.883.648,71	R\$ 40.561.450,73

NOTA 08

PROVISÃO LONGO PRAZO	31/12/2020	31/12/2019	AH (%)
Provisão para Riscos Trabalhistas a Longo Prazo			
Provisão para Riscos Cíveis a Longo Prazo Provisão para Riscos Fiscais a Longo Prazo			
Provisões Matemáticas Previdenciárias a Longo Prazo	R\$ 170.330.521,06	R\$ 139.588.191,29	22%
Provisão para Repartição de Créditos a Longo Prazo Outras Provisões a Longo Prazo			
Total	170.330.521,06	139.588.191,29	22%

A provisão Matemática Previdenciária Refere-se à contabilização do Cálculo Atuarial demonstrando qual o déficit atuarial do RPPS apontado no cálculo atuarial do exercício de referência. Pela Nota Técnica Atuarial o Déficit Atuarial do RPPS evoluiu em 22% comparando-se com o exercício de 2019. Em Reais a Provisão do Déficit atuarial aumentou R\$ 30.742.329,77.

NOTA 09 - DAS ALÍQUOTAS DAS CONTRIBUIÇÕES DA CONTRIBUIÇÃO PATRONAL E DOS SERVIDORES

No exercício de 2020, as contribuições previdenciárias foram de 11% para o Servidor e 17,10% de obrigações patronais, mantida a mesma base contributiva do ano anterior, sendo previsto contribuição complementar para a cobertura do déficit atuarial no valor de R\$13.480.821,93 no ano de 2020, conforme cálculo atuarial data base 2019. Ressalta-se que haverá alterações nessas alíquotas devido ao encaminhamento de projeto de lei à Câmara Municipal em 2021, em acordo com a EC 103/2019. Conforme o cálculo atuarial, a adequação constitucional passará às seguintes alíquotas:

Categorias	Alíquota apurada (%)
------------	----------------------

Handwritten signature



**INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS
DE PARACATU - PRESERV**

Ente Federativo	15,10%
Taxa de Administração	2,00%
Aporte Anual – Custeio Administrativo	0,00%
Ente Federativo – Total	17,10%
Segurados Ativos	14,00%
Aposentados	14,00%
Pensionistas	14,00%
Total	31,10%

NOTA 10 -DAS DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS

Ativo Financeiro

DISPONIBILIDADES	EXERCÍCIO 2019		EXERCÍCIO 2020	
Bancos Conta Movimento	R\$	96.186,60	R\$	157.966,11
Aplicação Financeira	R\$	132.977.327,85	R\$	145.817.497,18
TOTAL	R\$	133.073.514,45	R\$	145.975.463,29

Passivo Financeiro

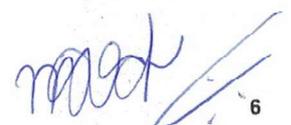
Passivo Curto Prazo	EXERCÍCIO 2019		EXERCÍCIO 2020	
Restos as pagar	R\$	-	R\$	1.682,36
Depósitos de Diversas Origens	R\$	-	R\$	-
TOTAL	R\$	-	R\$	1.682,36

Situação Financeira

DISCRIMINAÇÃO	EXERCÍCIO 2019		EXERCÍCIO 2020	
Ativo Financeiro	R\$	133.073.514,45	R\$	145.975.463,29
Passivo Financeiro	R\$	-	R\$	1.682,36
TOTAL	R\$	133.073.514,45	R\$	145.973.780,93

NOTA 11 -DAS PROVISÕES PARA PERDA EM INVESTIMENTOS

A carteira de investimentos do RPPS dispõe de uma provisão para perdas, com o objetivo de suportar eventuais aplicação ou investimentos mal sucedidos. Em razão das oscilações do mercado financeiro, ocorreram perdas no exercício de 2020, principalmente com a disseminação global da COVID-19, levando o mercado a uma oscilação muito elevada e a consequentes perdas nos meses de 2020. Com isso, utilizou-se 100% do saldo da provisão para Perdas de investimentos no exercício. O montante contabilizado como perdas em investimentos no ano de 2020 foi de R\$ 4.153.971,12.





INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS DE PARACATU - PRESERV

NOTA 12 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS ARRECADADAS E DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR

O Poder Executivo cumpriu com a integralidade dos pagamentos das obrigações patronais do exercício sendo inscrito em restos a pagar somente parte as contribuições vencíveis em janeiro de 2021 no valor de R\$ 235.192,87, pelo Fundo Municipal de Saúde, e R\$ 467.483,74, da Prefeitura Municipal.

As contribuições retidas dos servidores foram repassadas ao instituto, sendo inscrito em restos a pagar apenas parte das contribuições vencíveis em Janeiro de 2021 exceto a quantia de R\$ 151.293,89, pelo Fundo Municipal de Saúde, e R\$ 300.720,37, da Prefeitura Municipal.

A Fundação casa de Cultura e a Câmara Municipal cumpriu integralmente as contribuições devidas.

Em relação ao pagamento das parcelas de parcelamento previdenciário foi inscrito em restos a pagar a quantia de R\$ 83.079,80, referente às parcelas da Prefeitura e do fundo municipal de saúde de 12/2020, vencíveis em janeiro de 2021.

As contribuições patronais e de servidores inscritas em restos a pagar foram integralmente pagas no mês de janeiro de 2021.

Não houveram novos parcelamento de débitos previdenciários no exercício de 2020.

As contribuições atinentes ao déficit atuarial devidas pelo Poder Executivo tiveram arrecadação de R\$ 13.224.321,43 e não houve inscrição em restos a pagar referente a este tipo de contribuição.

Em relação às demais consignações de terceiros retidas em folha de pagamento houve o repasse integral das competências vencidas e não houve inscrição em restos a pagar.

NOTA 13 - RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DO RPPS

O montante estimado no orçamento para rendimentos de aplicação foi de R\$ 18.000.000,00. Porém, como informado pela nota de número 11, foi um ano atípico no mercado como um todo, devido às oscilações pela causa COVID-19. Assim, o total da remuneração das aplicações do PRESERV no ano de 2020 foi de R\$ 13.763.013,27, tendo uma insuficiência de arrecadação nesse quesito.

Em comparação com as perdas que houveram no anos de 2020, conforme Nota 11, verifica-se que o ganho real foi de R\$ 9.609.042,15.

A estratégia da Política de Investimentos, com base no cenário macroeconômico, foi estruturada de modo que os retornos, no mínimo, alcancem e, se possível, superem as necessidades demonstradas pelo cálculo atuarial do ano anterior, que é igual à variação do Índice de Preços ao Consumidor (IPCA) + 6%a.a. (10,56%).



INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS DE PARACATU - PRESERV

As aplicações financeiras do instituto foram mantidas e aplicadas integralmente na Caixa Econômica Federal. O fundo de aplicação se enquadra como "FI previdenciário" classificado como renda fixa, cumprindo o disposto da resolução do CMN

A meta atuarial fixada para o ano de 2020 foi de IPCA + 6%a.a. (10,79%). Ao final do exercício a carteira de investimento alcançou apenas o rendimento de 7,05%, ficando aquém da meta fixada em 3,74%. Essa baixa nos investimentos se deu pela grande oscilação do mercado devido à grande disseminação do novo Corona vírus em 2020.

NOTA 14 – DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR REFERENTE AO PRESERV

Houve Inscrição de despesas em restos a pagar apenas referente a consumo (água, energia e internet, que gerou uma obrigação de R\$ 1.682,36) e jetons do ano de 2020 devido processos financeiros não ficarem prontos antes do fim do exercício. Ressalta-se que todos passaram liquidados e foram todos pagos em janeiro de 2021.

NOTA 15 – DA TAXA DE ADMINISTRAÇÃO

O valor da despesa administrativa fixada para o Instituto referiu-se a 2% (dois por cento) do valor das folhas de pagamentos dos patrocinadores, de aposentados e pensionistas no exercício anterior, conforme § 3º do artigo 17, da Portaria nº 4.992, com a redação dada pela Portaria nº 1.348 de 19/07/2005, que totalizaram R\$ 85.824.279,50 apresentando como limite de despesas administrativas R\$ 1.716.485,59 e sendo gasto R\$ 1.476.956,14, cumprindo assim a exigência legal.

NOTA 16- BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS

O valor despendido para o pagamento dos benefícios previdenciários a servidores efetivos no ano de 2020 foi de R\$ 00,00, pois de acordo com a EC 103/2019, passa a responsabilidade de pagamento aos respectivos entes onde o servidor está lotado, e não mais ao PRESERV. Fica reservado ao instituto apenas o pagamento e Aposentadorias e Pensões.

NOTA 17- AVALIAÇÃO RESULTADOS EFICÁCIA E EFICIÊNCIA DA GESTÃO

Gestão Financeira: A gestão dos recursos financeiros evoluiu positivamente em todo o exercício, e foi realizada dentro de critérios de austeridade e do equilíbrio financeiro e atuarial. Não foi necessário se promover a limitação de empenho já que as metas de receita e cronograma de despesas foram atingidas.

O Montante de recursos disponíveis ao final do exercício foi da ordem de R\$ 145.975.463,29, que estão devidamente aplicados no mercado financeiro, cumprindo a legislação que rege a matéria.



INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS DE PARACATU - PRESERV

Apesar do ano de 2020 ter sido penoso aos investimento, o PRESERV apesentou uma evolução nas reservas financeiras, passando de R\$ 133.073.514,45 para 145.975.463,29, em uma evolução de aproximadamente 9,69%.

Gestão Patrimonial: O RPPS promoveu o recadastramento dos bens móveis do patrimônio do Instituto. Os bens foram identificados e atualizada sua localização. O setor de Contabilidade promoveu a adequação dos saldos contábeis as normas contábeis NBCASP.

NOTA 18- INFORMAÇÕES QUANTO À DESTINAÇÃO DOS RECURSOS POR ALIENAÇÃO DE ATIVOS

Para garantir a preservação do patrimônio público, constante no art. 44 da LC 101/00, verificou que não houve alienação de bens do Instituto no ano de 2020.

NOTA 19- DADOS DA NOTA TÉCNICA ATUARIAL

A avaliação atuarial de 2019 foi realizada em julho/2020 tendo como data base o mês de dezembro de 2019, pela Atuária Maria Luiza Silveira Borges, registrado como Membro do Instituto Brasileiro de Atuária sob o número 1.563, sendo que suas informações foram disponibilizadas para o Conselho Administrativo e Fiscal.

NOTA 20 -CERTIFICAÇÃO DOS VALORES DE REPASSE RECEBIDOS DA PREFEITURA, DA CÂMARA E DE OUTRAS ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA, DE FORMA INDIVIDUALIZADA.

Em atendimento ao disposto do artigo 1º, inciso VII da Lei Federal nº. 9.717/98, a Prefeitura e Câmara repassaram as suas contribuições e a dos servidores, de forma individualizada.

NOTA 21- COMPROVAÇÃO DA OBSERVÂNCIA DO DISPOSTO EM RESOLUÇÃO DO CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL, SOBRE AS APLICAÇÕES DOS RECURSOS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO;

As aplicações financeiras do instituto foram mantidas e aplicadas na Caixa Econômica Federal. O fundo de aplicação se enquadra como "FI previdenciário classificado como renda fixa, cumprindo o disposto da resolução do CMN.

Os recursos financeiros do Instituto estão contabilizados de forma individualizada e segregados dos da Prefeitura Municipal e são movimentados exclusivamente em instituições bancárias, conforme determinação legal.

NOTA 22 - AVALIAÇÃO DAS PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PELO DIRIGENTE DO INSTITUTO OU FUNDO GESTOR DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA REGIDO PELA LEI FEDERAL 9.717/98, DIANTE DE DANOS CAUSADOS AO ERÁRIO PÚBLICO E AO CONTRIBUINTE, COM ESPECIFICAÇÃO, QUANDO FOR O CASO, DENTRO DO PERÍODO, DE SINDICÂNCIAS, INQUÉRITOS E PROCESSOS ADMINISTRATIVOS OU TOMADOS DE CONTAS ESPECIAIS INSTAURADAS, E OS RESPECTIVOS



INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS DE PARACATU - PRESERV

RESULTADOS, COM INDICAÇÃO DE NÚMERO, CAUSAS, DATAS DE INSTAURAÇÃO E COMUNICAÇÃO FEITA AO TRIBUNAL DE CONTAS;

No ano de 2020, não foram detectadas irregularidades tipificadas como danos ao erário público e aos segurados; ou indícios de desvios, peculatos dentre outras infrações, no âmbito do RPPS.

NOTA 23 - AVALIAÇÃO DAS METAS DO PLANO PLURIANUAL

O PRESERV cumpriu as metas constantes do P.P.A e priorizada pela LDO. No programa 0038 verificou-se aplicações financeiras da taxa de administração geraram despesas para sua manutenção de apenas R\$ 21,95 em 2020. Já os valores previstos no programa 9999 não teve despesas como demonstrado na tabela abaixo.

O programa 0037 que versa sobre a Administração do RPPS utilizou apenas 79,20% da meta prevista o que é positivo, visto que o saldo não utilizado é transferido para as reservas financeiras futuras do instituto.

Os gastos fixados para a previdência social de inativos e pensionistas vinculados ao programa 0036, foram totalmente utilizados, sendo aplicados 1,91% acima da meta prevista em virtude da revisão geral anual aplicada também a estes beneficiários.

Em relação ao pagamento de benefícios aos servidores ativos, vinculados ao programa 0035 a despesa anual foi da ordem de apenas R\$ 40.452,37 representando 2,15% do previsto. Porém todo esse valor foi restituído ao PRESERV pelos entes municipais, visto que a EC 103/2019 passou a responsabilidade do pagamento de Auxílio Doença, Auxílio Maternidade e Salário Família aos respectivos entes. Foi também restituído o valor do proporcional de novembro/2019 e o referente ao mês integral de dezembro/2019, visto que a lei passou a ter vigência em meados de novembro do mesmo ano.

Os valores aportados na Reserva Financeira e de contingência, não foram utilizados, o que é positivo visto que este montante ficará vinculado às reservas financeiras para cobrir os custos de benefícios previdenciários futuros.

Considerando que os recursos públicos aplicados no ano de 2020 atenderam aos dispositivos legais, foram aplicados nas finalidades institucionais do RPPS, constaram da lei orçamentária, do plano plurianual e nas diretrizes orçamentárias pode-se afirmar que as metas previstas no PPA foram cumpridas.

Os recursos financeiros investidos por programa de governo apresentaram o seguinte quadro:

PROG.	DESCRIÇÃO	ORÇADO	EXECUTADO	%
37	MANUTENCAO RPPS - TAXA ADMINISTRACAO	R\$ 1.867.000,00	R\$ 1.478.638,50	79,20%
35	PREVIDENCIA SOCIAL - BENEFÍCIOS	R\$ 1.880.000,00	R\$ 40.452,37	2,15%
38	INVESTIMENTO E APLIC FINANCEIRA RPPS	R\$ 90.000,00	R\$ 21,95	0,02%
36	INATIVOS E PENSIONISTAS	R\$ 26.756.394,55	R\$ 27.267.836,35	101,91%
9999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R\$ 38.851.704,89	R\$ -	0,00%
	TOTALIZADOR	R\$ 69.445.099,44	R\$ 28.786.949,17	41,45%



INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS DE PARACATU - PRESERV

NOTA 24 - CUMPRIMENTO DE OUTROS DISPOSITIVOS DA LEI 9.717/98

O Instituto está publicando bimestralmente o Demonstrativo Orçamentário das Receitas e das Despesas Previdenciárias e ainda o Demonstrativo Financeiro conforme exige o § 2º do art. 2º da Lei 9.717/98.

O Instituto está cumprindo na íntegra o disposto no artigo 14 da MPAS 4992, enviando tempestivamente a cada bimestre os demonstrativos de receita e despesas, para a Secretária Nacional de Previdência.

O instituto possui Conselho Administrativo/Deliberativo e dá pleno acesso às informações de gestão do RPPS, observando o disposto no inciso VI do art. 1º da Lei 9.717/98.

Não foi detectada a contabilização de empréstimos de qualquer natureza a outras entidades e ou segurados, cumprindo assim ao que dispõe a Lei 9717/98.

O PRESERV vem cumprindo a legislação vigente, não sendo observada a contabilização de nenhuma despesa atinente à assistência médica e financeira de qualquer espécie aos seus segurados.

NOTA 25 - DO DÉFICIT ATUARIAL

O déficit atuarial apurado no Cálculo, data base 2019, foi elaborado sobre duas perspectivas. Uma considerando as mudanças da EC 103/2019 e outra sem considera-la. Sem considera-la, resultou em déficit de R\$ 378.219.918,86. Considerando-a, resultou em R\$ 364.802.582,95. Segue os quadros com as duas análises:

Desconsiderando a EC 103/2019:

Resultados (Desconsiderando o plano de amortização)	Geração atual
Ativo Real Líquido do Plano (1)	R\$ 147.732.410,13
Aplicações e Recursos – DAIR	R\$ 131.206.887,09
Dívidas Reconhecidas	R\$ 16.525.523,04
Plano Previdenciário (2 = 3 + 4 - 5)	R\$ 525.952.329,02
Benefícios Concedidos (3)	R\$ 256.388.606,97
Benefícios a Conceder (4)	R\$ 269.563.722,05
Plano de Amortização Vigente (5)	R\$ 0,00
Resultado Atuarial (6 = 1 - 2)	-R\$ 378.219.918,86

Considerando a EC 103/2019:

Descrição	EC Nº 103/2019 (com plano de amortização vigente)	EC Nº 103/2019 (sem plano de amortização vigente)
Ativo Real Líquido do Plano (1)	R\$ 147.732.410,13	R\$ 147.732.410,13

Handwritten signature



**INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS
DE PARACATU - PRESERV**

Aplicações e Recursos - DAIR	R\$ 131.206.887,09	R\$ 131.206.887,09
Dívidas Reconhecidas	R\$ 16.525.523,04	R\$ 16.525.523,04
Plano Previdenciário (2 = 3 + 4 - 5)	R\$ 156.913.185,11	R\$ 512.534.993,08
Benefícios Concedidos (3)	R\$ 256.021.769,48	R\$ 256.021.769,48
Benefícios do Plano	R\$ 258.339.244,20	R\$ 258.339.244,20
Contribuições do Ente (-)	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Contribuições do Inativo (-)	R\$ 1.365.156,92	R\$ 1.365.156,92
Contribuições do Pensionista (-)	R\$ 346.751,33	R\$ 346.751,33
Compensação Previdenciária (-)	R\$ 605.566,47	R\$ 605.566,47
Benefícios a Conceder (4)	R\$ 256.513.223,60	R\$ 256.513.223,60
Benefícios do Plano	R\$ 437.115.410,13	R\$ 437.115.410,13
Contribuições do Ente (-)	R\$ 66.855.364,44	R\$ 66.855.364,44
Contribuições do Ativo (-)	R\$ 57.140.443,87	R\$ 57.140.443,87
Compensação Previdenciária (-)	R\$ 56.606.378,22	R\$ 56.606.378,22
Plano de Amortização Vigente (5)	R\$ 355.621.807,96	R\$ 0,00
Outros Créditos (-)	R\$ 355.621.807,96	R\$ 0,00
Resultado Atuarial (6 = 1 - 2)	-R\$ 9.180.774,97	-R\$ 364.802.582,95

Tendo em vista os resultados atuariais apresentados, a nota técnica atuarial sugeriu 4 alternativas para a equalização do déficit atuarial.

Alternativa 1 – PRAZO REMANESCENTE – APORTES PERIÓDICOS

Pelo exposto, pode-se promover o equacionamento do déficit atuarial apurado por meio do financiamento por prazo remanescente e aplicação de aportes periódicos de recursos.

Alternativa 2 – PRAZO FIXO DE 35 ANOS - APORTES PERIÓDICOS

Ademais, pode-se promover o equacionamento do déficit atuarial apurado por meio do financiamento por prazo fixo de 35 anos e aplicação de aportes periódicos de recursos

Alternativa 3 – DURATION – APORTES PERIÓDICOS

Espelhado na Alternativa 2 apresentada, resta abaixo demonstrado o equacionamento do déficit atuarial apurado por meio do financiamento por duration e aplicação de aportes periódicos de recursos.

Alternativa 4 – SOBREVIDA – APORTES PERIÓDICOS

Espelhado na Alternativa 2 apresentada, resta abaixo demonstrado o equacionamento do déficit atuarial apurado por meio do financiamento por sobrevivida e aplicação de aportes periódicos de recursos.

NOTA 26 – APORTE FINANCEIRO

O aporte financeiro para a cobertura do déficit atuarial está disposto na Lei municipal nº 3.114/2014, de 18/12/2014, tendo a parcela inicial fixada a cada ano de acordo com o cálculo



INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS DE PARACATU - PRESERV

atuarial. Os aportes são mensais e atualizados pelo IPCA do mês imediatamente anterior ao mês de pagamento.

No exercício de 2020 os aportes foram repassados em conformidade com a lei vigente, com parcela inicial de R\$ 1.093.643,04 na competência janeiro e R\$ 1.127.821,09 na competência dezembro. O montante do aporte financeiro repassado ao PRESERV no ano de 2020 foi da ordem de R\$ 13.224.321,43. Com relação ao previsto no cálculo atuarial, data base 2019, que foi de R\$ 13.480.821,93, houve uma insuficiência de arrecadação de R\$ 256.500,50, correspondente a aproximadamente 1,90% do valor previsto.

NOTA 27 – ADEQUAÇÕES REFERENTES A EXERCÍCIOS ANTERIORES

O PRESERV contratou auditoria externa para análise dos exercícios de 2019, onde foram apresentadas ressalvas passíveis de acertos contábeis para adequação dos balanços. Todas as ressalvas encontradas pela auditoria foram solucionadas.

NOTA 28 – SALDO DE PARCELAMENTO PREVIDENCIARIO 2016 e 2017.

Em relação SALDO dos Parcelamentos Previdenciários a receber pelo instituto junto a Prefeitura Municipal e a Câmara municipal, figura no balanço, em 31/12/2020, R\$ 15.790.029,92 Sendo distribuído da seguinte forma:

DATA BASE: 31/12/2020		DEMONSTRATIVO - POSIÇÃO DA DÍVIDA DE PARCELAMENTO PREVIDENCIÁRIO						COMPETÊNCIA		PARCELAS		
ORGÃO/ENTIDADE	CONTRATO	LEI	DATA DA LEI	SALDO ANTERIOR	RECEBIMENTO	ATUALIZAÇÃO	SALDO ATUAL	ÚLTIMA PG	PAGAS	DEVIDAS	TOTAL	
Prefeitura	01 2001	2384	19/07/2001	R\$ 12.139.091,44	R\$ 724.174,50	R\$ 345.452,26	R\$ 11.760.369,20	nov/20	230	190	420	
Fundo Municipal de Sa	01 2001	2384	19/07/2001	R\$ 4.174.868,16	R\$ 247.437,14	R\$ 97.361,78	R\$ 4.024.792,80	nov/20	230	190	420	
Câmara Municipal	01 2001	2384	19/07/2001	R\$ 4.867,92	R\$ -	R\$ -	R\$ 4.867,92	out/36	418	2	420	
TOTAL				R\$ 21.178.827,52	R\$ 971.611,64	R\$ 442.814,04	R\$ 15.790.029,92					

O Sistema de Contabilidade Fez a adequação do Saldo no de 2020, já equacionando a divergência apontada pela auditoria referente aos anos de 2016 e 2017 devido a impossibilidade técnica de retroagir aos exercícios anteriores já enviados ao tribunal de contas.

NOTA 29 – PARCELAMENTO PREVIDENCIARIO 2020 - SALDO EM CURTO PRAZO

Figura no artigo circulante o valor de R\$ 13.520.166,81 CREDOR - sendo correto saldo a débito, visto ser um direito de recebimento do PRESERV. Esse é um erro nº13 que está constante em muitos entes de Minas Gerais por divergência e adaptação de plano de contas. De acordo com nota do TCEMG, será corrigido o erro no decorrer do ano de 2021.

O valor de R\$ 15.790.029,92, que é referente ao crédito a receber de parcelamentos, deveria ser desmembrado em circulante e não circulante, porém o sistema da Memory ainda não dá a opção de desmembrar esse crédito em curto e longo prazo. Isso está em fase de adaptação.

NOTA 30 – CONTROLE PATRIMONIAL

Foi feito recadastramento patrimonial durante o ano de 2020 a fim identificar e conciliar os bens físicos com o saldo contábil. Foi feita uma avaliação dos bens por comissão formada por servidores do próprio instituto, sendo adequado o saldo contábil em 31/12/2020.

NOTA 31 – COMPENSAÇÃO PREVIDENCIARIA ANOS



INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS DE PARACATU - PRESERV

Foram recebidos a título de compensação financeiras em 2020 o valor de R\$ 109.768,35 referente aos meses de 12/2019 a 11/2020. Não ocorreu nenhuma irregularidade que impedisse o recebimento, como em anos anteriores. Os Valores foram devidamente contabilizados.

NOTA 32– APLICAÇÕES FINANCEIRAS – DIVERGENCIA ANOS 2017 E 2018

As Aplicação financeiras foram devidamente contabilizadas, estando em conformidade com os saldos bancários.

O Sistema de Contabilidade Fez a adequação do Saldo no ao de 2020, já equacionando a divergência apontada pela auditoria referente aos anos de 2017 e 2018 devido a impossibilidade técnica de retroagir aos exercícios anteriores já enviados ao tribunal de contas.

NOTA 33- DESPESA EXTRA PAGA A MAIOR À PREFEITURA

Nota-se no Balancete de verificação, na conta 1.1.3.5.1.99.00, um valor R\$ 30,04 de direito a receber ao PRESERV. Esse valor refere-se a uma despesa extra orçamentaria pago a maior à prefeitura municipal, referente a imposto de renda descontados de fornecedores do PRESERV. Isso aconteceu por falha no sistema da Memory, pois o valor descontado do fornecedor foi de R\$ 75,00 e o valor gerado pelo sistema para pagamento foi de R\$ 105,04. Com Isso, foi depositado o saldo pago indevido na conta de créditos a receber e descontados nos repasses do ano de 2021.

São esta as Nota Explicativas do ano de 2020.

Paracatu, 31de Março de2021.

MARCOS VINICIUS CARDOSO ALVES
Contadora CRC: MG122529

GERALDO BATISTA FILHO
Superintendente Executivo–PRESERV

GERALDO BATISTA
FILHO:760709726
00

Assinado de forma digital
por GERALDO BATISTA
FILHO:76070972600
Dados: 2021.04.15
10:32:08 -03'00'